



**APROVADA**  
NA 603 a. Sessão

ALADI/CR/Ata 598  
9 de abril de 1996  
Horas: 10h 10m às 11h

Ordem do dia

1. Aprovação da ordem do dia.
2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 753).
3. Relatório da II Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia. (Cartagena de Indias - Colômbia).
4. Assuntos diversos.
  - Reunião da Comissão de Orçamento.

-----  
Preside:

ADOLFO CASTELLS MENDIVIL

Assistem: Jesús Sabra, Gustavo Adolfo Moreno e Flaviano Gabriel Forte (Argentina), Antonio Céspedes Toro e José Guillermo Loria González (Bolívia), Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares, Ana Elisa de Magalhães Padilha Pupo-Neto e Mitzi Gurgel Valente da Costa (Brasil), Jaime Pinzón López e Henry Javier Arcos (Colômbia), Augusto Bermúdez Arancibia e Leopoldo Durán Valdés (Chile), Eduardo Cabezas Molina e Humberto Jiménez Torres (Equador), Rogelio Granguillhome, Dora Rodríguez Romero e José Luis Solís (México), Efraín Darío Centurión e Alfredo Núñez (Paraguai), Agustín de Madalengoitia (Peru), Adolfo Castells Mendivil e Carlos A. Zaballos (Uruguai), Juan Moreno Gómez e Gerson Revanales (Venezuela).

Secretário-Geral: Antonio J.C. Antunes.

Secretário-Geral Adjunto: Juan Francisco Rojas.

Secretaria: Enrique D'Angelo.  
-----



**PRESIDENTE.** Bom dia, Senhores Representantes.

Iniciamos a 598a. sessão do Comitê de Representantes.

1. Aprovação da ordem do dia.

Em consideração

Não havendo observações, **APROVA-SE.**

2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 753).

**SECRETARIO-GERAL.** Senhor Presidente, no documento mencionado estão registradas as notas e documentos a que corresponde dar entrada.

Cabe salientar a nota da Representação do Brasil informando que foi aprovado pelo Senado Federal o Protocolo Interpretativo do Artigo 44 do TM 80.

De acordo com o previsto na Resolução 208, a Secretaria preparou o documento ALADI/SEC/di 741 sobre Comércio de serviços: transporte marítimo, para ser considerado pelo Comitê brevemente.

Outrossim, de acordo com o estabelecido pela Resolução 47 (IX) artigo primeiro, a Secretaria distribuiu a proposta de adequação operacional e de modernização administrativa, constante no documento ALADI/SEC/Proposta 180.

Finalmente, Senhor Presidente, também cabe salientar que a Embaixada do Paraguai enviou um cheque pela quantia de US\$ 82.926,34, correspondente à quota de 96 e um adiantamento para o ano de 1997.

Senhor Presidente, aproveitamos a oportunidade para agradecer e felicitar o Embaixador Darío Centurión por ter conseguido esse pagamento e inclusive, com extraordinário esforço, um adiantamento para 1997.

Oxalá, Senhor Presidente, que todos os demais façam o mesmo. Muito obrigado.

**PRESIDENTE.** Obrigado, Senhor Secretário-Geral. Acredito que todos os demais farão o mesmo.

Sobre "Assuntos em Pauta" têm a palavra a Representação do Uruguai.



Representação do URUGUAI (Carlos A. Zeballos). Senhor Presidente, é para referir-nos à nota apresentada pela Representação do Peru a respeito dos fundamentos do decreto que suspendeu determinadas concessões no acordo entre o Peru e o Uruguai.

Temos várias observações jurídicas quanto aos fundamentos que manifesta a Representação do Peru, mormente a respeito dos elementos, com relação ao Uruguai, a temporalidade. O decreto não é temporário. Incurremos em grande erro jurídico ao confundir o prazo com a condição.

Por melhor boa vontade que tiver o Uruguai para negociar com o Peru -acredito que além disso é comum para o Peru e os países do MERCOSUL- a negociação não constitui um fato certo, mas um fato eventual, um fato incerto. Pelo qual não podemos falar de temporalidade porque estamos em uma condição resolutória do decreto e não em um prazo. Nesse sentido, o prazo não é temporal; unicamente está sujeito a uma condição resolutória que eventualmente se pode produzir ou não, o decreto, por enquanto, tem vigência e permanência.

Acreditamos que essa argumentação incorre verdadeiramente em um erro jurídico ao qualificar termos jurídicos de maneira errônea.

Por outro lado, a respeito do Uruguai, fez referência a um artigo do acordo referente à legislação vigente. Obviamente, e em uma primeira análise -porque não é nossa intenção neste momento abrir um debate mas fazer algumas pontualizações a esse respeito, evidentemente a legislação vigente é a legislação que está vigente no momento em que foi celebrado o acordo. Porque se é a legislação vigente posterior ao acordo, o acordo, em lugar de ser um acordo ou um convênio é um ato potestativo, ou seja, praticamente o ato se transforma em unilateral, não bilateral, porque daria ao Peru através de qualquer meio legal, seja decreto, seja lei, a faculdade de modificar o acordo em forma unilateral.

Acreditamos que se trata de uma retirada de concessão, feita em forma unilateral, ou seja, em contravenção das disposições do Tratado de Montevideu e do acordo bilateral, e pediríamos que o Comitê o tratasse junto com o relatório da Secretaria a esse respeito.

Sem prejuízo de fazer estas breves pontualizações -praticamente de passagem- sobre um tema que estamos analisando, desejaríamos que o Comitê o colocasse como ponto da ordem do dia para analisá-lo junto com o relatório da Secretaria. Nada mais, Senhor Presidente, muito obrigado.



**PRESIDENTE.** Toma-se nota. Por favor, que a Secretaria o inclua como ponto para, na próxima reunião tratar a nota do Peru e o relatório e o parecer técnico da Secretaria.

Tem a palavra o Senhor Representante da Argentina.

**Representação da ARGENTINA** (Jesús Sabra). Obrigado, Senhor Presidente. A respeito dos assuntos em pauta, desejaríamos que na próxima reunião também fosse incluído o ponto 13 "Proposta da estrutura orgânico-funcional" como tema a ser debatido no Comitê.

Quanto à nota apresentada pela Representação do Peru, apoiamos a proposta do Uruguai para que também seja considerado este tema na ordem do dia da próxima reunião. Obrigado.

**PRESIDENTE.** A Secretaria toma nota para incluir também o tema do ponto 13 "A estrutura orgânico-funcional" na próxima reunião.

Não havendo nada mais a tratar em assuntos em pauta, passaríamos ao seguinte ponto da ordem do dia. Passamos ao "Relatório da Segunda Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia" em Cartagena de Indias, Colômbia.

Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral.

**SECRETARIO-GERAL.** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, pediria ao Doutor Enrique D'Angelo que fizesse um relatório sobre a reunião que houve em Cartagena de Indias, na qual, além de uma reunião de Altas Autoridades, precedida por uma reunião técnica, também foi instalada a Comissão Administrativa do Acordo de Cooperação e Tecnologia, da qual participam todos os países da ALADI e a Cuba. Estiveram todos presentes -exceto a Venezuela- altas autoridades nessa área e, como os senhores e verão pelo relatório, a perspectiva de trabalho nesse campo é bastante concreta.

Portanto, pediria ao Doutor Enrique D'Angelo que expusesse o tema sobre essa reunião. Muito obrigado.

**PRESIDENTE.** Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral.

Tem a palavra o Doutor D'Angelo.

**SECRETARIA** (Enrique D'Angelo). Muito obrigado, Senhor Presidente; muito obrigado, Senhor Secretário-Geral.



A reunião se realizou em 27 de março passado na cidade de Cartagena de Indias e foi prévia à Reunião Hemisférica de Ciência e Tecnologia que se realizou depois, em 27 e 28 de março.

Como mencionou o Secretário-Geral, participaram as altas autoridades de todos os países-membros, exceto da Venezuela, e como observadores, o Secretário Nacional de Ciência e Tecnologia de Panamá, representantes da Organização dos Estados Americanos, do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) e da Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A reunião foi desenvolvida em duas etapas; uma prévia, em nível técnico, onde basicamente foi discutido o projeto de regulamento do funcionamento da Comissão que tinha sido preparado pela Secretaria-Geral e onde os países fizeram uma rápida exposição dos temas que consideravam que deviam ser tratados, como trabalho da Comissão, neste primeiro ano de funcionamento.

Depois da reunião técnica preliminar se procedeu a formalizar a Reunião de Ministros e Altas Autoridades, presidida pelo Doutor Ocampo, que é o Secretário Nacional de Planejamento e Ministro de Ciência e Tecnologia da Colômbia.

Os pontos da agenda foram, em primeiro lugar, o Regulamento de funcionamento da Comissão, aprovado tal como surgiu da discussão prévia na reunião técnica, na qual se contribuiu com algumas precisões ao documento preparado pela Secretaria. Assim ficou aprovado o Regulamento de funcionamento, que previa, entre outras coisas, a nomeação do Presidente e Vice-Presidente, por um período de dois anos. A seguir foram eleitas as mencionadas autoridades e mediante proposta do Equador foi eleito por unanimidade o Secretário de Ciência e Tecnologia da Argentina, Doutor Domingo Liotta. Por iniciativa do Brasil, a Vice-Presidência foi para a Colômbia.

Nessa oportunidade, o Secretário de Planejamento e Ministro de Ciência e Tecnologia, Doutor Ocampo, manifestou que a Vice-Presidência, em representação da Colômbia, seria ocupada pelo Doutor Fernando Chaparro, que é o Diretor de COLCIENCIAS, da Colômbia.

Depois foram propostas as ações apresentadas pelos países-membros, aprovadas também por unanimidade.

Estas ações são basicamente o desenvolvimento de redes temáticas de vinculação de científicos, um programa de ciências e tecnologia para a saúde, a livre circulação de materiais, equipamentos e amostras de caráter científico, patenteamento único dos resultados das pesquisas derivadas de projetos regionais, a livre circulação de científicos e técnicos, a equiparação de títulos universitários e, finalmente, o



acesso à informação que devia fazer-se junto com a RITLA, que é a Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana.

Esta é a síntese do que aconteceu na reunião. O relatório final está preparado, mas não impresso, porque originalmente estava previsto para ser distribuído amanhã. Aqui está, mas falta a impressão oficial.

**SECRETARIO-GERAL.** Senhor Presidente, para complementar a informação do Doutor Enrique D'Angelo, o que foi resolvido aí foi que, a respeito desses temas, a Direção -ou seja, o Presidente e o Vice-Presidente- junto com a Secretaria elaborassem projetos para serem considerados em outra reunião, que provavelmente se realizará em Cuba. A Representação cubana sugeriu, e foi aprovado, que a próxima reunião seja feita em novembro, em Cuba, por ocasião de uma reunião do CITEC, onde participarão novamente os Ministros e as Altas Autoridades em Ciência e Tecnologia.

O Doutor Liotta e o Doutor Chaparro manifestaram que poriam todo seu empenho para ter os projetos prontos, pelo menos dois, para a consideração por parte da Comissão da Administração que se reunirá em Cuba.

Em qualquer caso, também, a Representação de Cuba manifestou que se por acaso esta reunião não fosse levada a cabo, coincidindo com a do CITEC, eles mantinham o convite para que a próxima reunião da Comissão Administrativa fosse realizada em Cuba.

Esta era a complementação que queria fazer, além de informar que ontem o Secretário Liotta me ligou para manifestar a intenção de colocar em execução, demonstrando grande vontade de levar à prática às decisões tomadas nessa reunião de Cartagena de Índias e já estamos vendo a forma de trabalhar, fazer uma reunião aqui, com o Doutor Chaparro, o Doutor Liotta, com nossa equipe também, o mais breve possível, para dar acompanhamento ao trabalho de elaborar os projetos. Esses campos que foram mencionados pelo Doutor D'Angelo foram idéias que ainda não estão como projetos e, além disso, foi chamada a atenção para tratar os temas com cuidado. Inclusive a parte referente aos títulos profissionais que deveriam ser considerados nesse assunto está sendo trabalhada em outros campos, pelos Ministros de Educação. Também a necessidade de fazer uma articulação completa com todos os organismos vinculados com os temas mencionados como idéias de projetos.

Queria informar que, brevemente, estaremos em contato com o Presidente e o Vice-Presidente desta Comissão, começando a trabalhar para elaborar os projetos e concretizar a cooperação por uma ação, por mínima que seja, com a finalidade de começar o cumprimento do objetivo deste acordo. Muito obrigado.



PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral.

Alguma Representação desejaria fazer algum comentário sobre o relatório desta reunião?

Não havendo nenhum comentário, agradecemos o relatório apresentado pelo Doutor D'Angelo e passaríamos para outro ponto. O último ponto, ponto 4, "Assuntos Diversos".

Alguma Representação deseja ter a palavra?

Tem a palavra o México.

Representação do MEXICO (Rogelio Granguillhome Morfin). Sim, Senhor Presidente. É uma preocupação muito simples, no sentido da importância de que possam ser iniciados já os trabalhos da Comissão de Orçamento do Comitê. De fato, já está sendo distribuída, uma proposta de estrutura orgânico-funcional da Secretaria. Já houve comunicações sobre as quais desejaríamos pronunciar-nos no Comitê, sobre contratação de consultores.

Acredito que já é o momento para que a Comissão de Orçamento comece a funcionar e fazer-lhe a Vossa Excelência uma solicitação para que seja convocada, o mais breve possível, a Comissão de Orçamento. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante do México.

A Secretaria-Geral pode informar em que etapa está a convocação da Comissão de Orçamento?

SECRETARIO-GERAL. O Presidente da Comissão, Embaixador Antonio Céspedes, manifestou a intenção de fazer uma primeira reunião na próxima sexta-feira, para começar as ações da Comissão de Orçamento. Estou esperando conversar com ele, de maneira mais concreta, para fazer esta convocação. Essa é a informação que tenho, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral.

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Obrigado, Senhor Presidente.

Hoje, nos assuntos em pauta constam dois estudos da Secretaria. Um, sobre "Transporte multimodal" e, outro, sobre "comércio de serviços". Acredito que tinha sido estabelecido que, de algum modo, os



estudos seriam apresentados pela Secretaria, de maneira de facilitar aos Senhores Representantes sua leitura e a possibilidade de ter uma síntese deles.

Queríamos saber se além destes dois estudos haveria algum outro pendente de apresentação e se a Secretaria tem previsto apresentá-los em uma reunião formal do Comitê.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, não temos nenhum inconveniente em fazer essas apresentações -podemos ver a agenda da próxima reunião, de acordo, naturalmente, com o tempo- dos que já foram apresentados e possam surgir.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral.

Tem a palavra o Senhor Representante do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Efraín Darío Centurión). Recebemos o documento com a reestrutura institucional, proposto pela Secretaria. Considero que o documento deveria ser analisado em nível de Chefes de Missão, no primeiro andar, a partir da próxima semana, com o objetivo de que possamos nesta semana solicitar as opiniões pertinentes de nossos países e poder estar em condições de analisar esse documento, no primeiro andar, não a este nível, a partir da semana próxima. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Representante da Colômbia.

Representação da COLOMBIA (Jaime Pinzón López). Senhor Presidente, desejaria fazer uma observação.

Como os senhores sabem, em Colômbia se realizou a Reunião de Ministros de Comércio. Os Senhores Representantes conhecem suficientemente as conclusões. Igualmente, uma reunião de Empresários, à qual assistiu o Doutor Rojas, que nos enviou o relatório correspondente. Houve uma reunião prévia de Vice-Ministros e a Reunião de Ministros. Uma das conseqüências desta reunião é a Declaração dos Ministros de que os diferentes organismos sub-regionais devem trabalhar no processo de integração e especialmente na procura da área de livre comércio. Mas, sem que isso signifique a inclusão da Associação Latino-Americana de Integração no Comitê Tripartite do BID, OEA e CEPAL, para o comércio, o qual foi uma recomendação muito morna -por dizê-lo assim- dos Vice-Ministros, primeiro e depois, praticamente, o ponto não foi suficientemente analisado pelos Ministros, entre outras coisas, porque vários dos países-membros desta Associação -até onde entendi- como o



Equador e a Bolívia, parece que não estavam de acordo com que a ALADI fizesse parte desse Comitê.

Refiro-me a este tema porque tem a ver com a reestrutura institucional da ALADI, com o projeto da Secretaria que começaremos a analisar brevemente e a Colômbia apóia a iniciativa, neste sentido, que apresentou o Embaixador Centurión.

Vale a pena, Senhor Presidente fazer com este propósito uma análise sobre o aspecto político da Associação e o papel da Associação no processo de integração. Creio que desde que foi feito, no ano passado até agora, apresentaram-se alguns fenômenos que não alteram o propósito essencial da integração, nem seus objetivos, mas sim a forma como esta vai andar, e conviria escutar as opiniões das diferentes Representações, neste sentido.

Continuo acreditando que esse papel da Associação Latino-Americana de Integração foi positivo nos últimos meses, que a Reunião de Ministros foi positiva, que os esforços que está fazendo a Secretaria-Geral para a reestrutura institucional são positivos, mas considero que falta polir, mais ainda, a suficiente coordenação entre as diferentes Representações, aqui na ALADI e fazer também uma espécie de esboço sobre qual será o papel da ALADI do ponto de vista político neste processo. Estive pensando que embora façamos a melhor reestrutura interna, melhoremos nossas técnicas de aproximação, realizemos muitas reuniões deste caráter nesta Associação, avancemos na melhora da preparação de nosso pessoal, se não temos clara a parte política da Associação e o papel que desempenhará a Associação e mais ou menos não sabemos qual é o critério das diferentes Representações de uma maneira mais concreta, possivelmente a Associação -estará no processo, evidentemente- mas não assumindo o papel que creio lhe corresponde. Não se trata naturalmente de que neste manhã façamos a análise, mas creio que é uma reflexão que vale a pena fazer, mais ainda, depois de conhecidos os resultados desta reunião de empresários e depois da de Ministros de Comércio, realizada em Cartagena. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante da Colômbia. Tem a palavra a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Carlos A. Zeballos). Obrigado, Senhor Presidente, muito breve, apenas para aderir aos conceitos manifestados pelo Senhor Representante da Colômbia.

Pessoalmente, tudo o que se fala de reestrutura nos deixa nervosos porque as reestruturas desde aqui tem sido um exercício infecundo, desgastante, onde foi investido dinheiro e recursos da Associação em consultores, em papel, em reuniões, para fazer a reestrutura pela reestrutura.



Considero muito criterioso o manifestado pelo Senhor Representante da Colômbia: que deveria ter bem claras as funções da Associação antes de começar a analisar especificamente a reestrutura, porque reestruturar para não saber o que vai ser feito, não é algo muito útil; e é um exercício disciplinar de administração pública que não serve para muito.

Considero muito positivo ter uma reunião de Representantes a nível privado, ver quais são os objetivos da Associação e defini-los claramente, para poder armar a reestrutura com funções claras do desempenho da Associação. Reestruturar por reestruturar, a experiência o demonstra, nos últimos dez ou doze anos tivemos duas ou três reestruturas, a qual delas pior, e a Associação continua fazendo o mesmo, porque as reestruturas que se fazem poderiam ser feitas, quase sem Comitê, porque há muitas coisas que o Secretário-Geral pode fazer sem consultar o Comitê.

Na realidade, pareceria muito coerente primeiro fixar os objetivos, o que vamos fazer, e em função disso ver como adequamos os instrumentos. Portanto, apóio a moção do Senhor Representante da Colômbia. Muito obrigado.

**PRESIDENTE.** Há uma proposta concreta da Representação do Paraguai, apoiada pela Colômbia e pelo Uruguai, para fazer uma reunião de Chefes de Missão sobre este ponto da proposta da estrutura orgânico-funcional elaborada pela Secretaria.

Se houver consenso poderíamos aprovar e reunir-nos em nível de Chefes de Missão.

**Representação da COLOMBIA** (Jaime Pinzón López). Somente que minha versão implica que antes de analisar o documento apresentado pela Secretaria-Geral, que é de caráter técnico, analisemos a parte política outra vez, do papel da ALADI no processo de integração.

**PRESIDENTE.** Obrigado, Senhor Representante da Colômbia.

Tem a palavra a Representação do Brasil.

**Representação do BRASIL** (Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares). Muito obrigado, Senhor Presidente. Para apoiar a proposta do Representante paraguaio de que nos reunamos a nível de Chefes de Representação para iniciar o processo de análise da Proposta 180, circulada pela Secretaria-Geral. De acordo com os tempos que nos impusemos nós mesmos e o Conselho de Ministros, teríamos noventa dias, máximo, para terminar esta análise. Então, creio que quanto mais cedo a começemos, tanto melhor para o Comitê e para a Secretaria-Geral.



Quanto à proposta do Representante colombiano, creio que sempre é interessante. Somos um corpo político. Nada mais natural do que discutir as diretrizes políticas que possam ser úteis ao encaminhamento dos trabalhos da Associação. Eu creio, entretanto, que não se trata de uma seqüencialidade; pode-se levar adiante a análise da Proposta 180 que, inclusive, é um compromisso nosso, derivado do último Conselho de Ministros, e paralelamente, na medida em que as demais Representações assim o entendam, também termos troca de opiniões sobre os aspectos mais políticos da vida desta Associação. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante do Brasil.

A Presidência desejaria acrescentar um pequeno comentário agora que entendo, como Presidente, que o mandato do Conselho de Ministros foi muito claro: apresentar um projeto de reestrutura, não fazer um estudo político da ALADI. Ou seja, que pode fazer-se perfeitamente; não vejo inconveniente algum, mas haveria que fazê-lo por separado e não vincular uma coisa com a outra. O projeto de estrutura orgânico-funcional é um mandato do Conselho de Ministros que deve cumprir-se. Por outro lado, analisar o manifestado pelo Senhor Representante da Colômbia, que considero muito bem, mas no sentido de aceitar estudar primeiro a estrutura orgânico-funcional da Secretaria, dado que esse foi o mandato do Conselho de Ministros e não outro.

Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MEXICO (Rogelio Granguillhome Morfin). Coincidió com o manifestado pela Representação da Colômbia e pela Representação do Uruguai e também com o que Vossa Excelência manifestou recentemente. Consideramos que a orientação política, a definição da política quanto à Associação em suas funções administrativas, organizacionais, etc. foi dada já por nossos Ministros na passada Reunião do Conselho; essa é a orientação política que se decidiu dar aqui à Associação, vis-à-vis um caráter administrativo e funcional da Secretaria.

O que manifestou o Representante da Colômbia é muito importante. Que acontece, do nosso ponto de vista? Nossos Chanceleres, nossos Ministros, vieram definir aqui uma participação política da Associação do processo da integração, uma estrutura orgânica da Secretaria em função de uma perspectiva de política que tinha a ver com uma negociação hemisférica, que igual, de acordo com o que assinalou a Representação da Colômbia, pode ter mudado. Acreditamos, Senhor Presidente, que o Comitê deveria assumir -como Vossa Excelência bem manifestou- um trabalho de reflexão, do acontecido em Cartagena.

Todos aqui temos um informe, as notas e os comentários que nos enviam nossas autoridades, mas consideramos que o Comitê deveria



iniciar um processo de reflexão -aqui, no primeiro andar ou no restaurante que Vossa Excelência desejar- sobre o que aconteceu em Cartagena e a partir daí ver como podemos contribuir para que as coisas marchem como este Comitê desejaria que marchassem.

Pensamos, Senhor Presidente, que deveríamos iniciar este estudo, esta reflexão, e também iniciar o trabalho o antes possível, a discussão sobre a estrutura orgânico-funcional, em função do que nossos Ministros, nossos Chanceleres, identificaram nas resoluções do Conselho correspondente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante do México.

Considero que não há contradição aparente entre o que está se manifestando. Assinalava que temos instruções, um mandato do Conselho de Ministros; de estudar a reestrutura. Não quer dizer que a reestrutura seja adotada; quer dizer que simplesmente devemos estudá-la e quanto antes melhor.

De maneira que não creio que seja contraditório o manifestado aqui de "não fazer a reestrutura por reestrutura", mas o que sim temos é o mandato de estudá-la. Vamos estudá-la e talvez cheguemos à conclusão de que não há que mudar nada, mas devemos estudá-la.

Tem a palavra o Senhor Representante da Colômbia.

Representação da COLOMBIA (Jaime Pinzón López). Senhor Presidente, tentarei ser mais claro.

Fazem parte da Associação onze países ibero-americanos; não estou discutindo nem o mandato político, porque o mandato político está estabelecido de maneira definida, assim manifestaram os Ministros na resolução aprovada no Conselho de Ministros. Está claro o objetivo de que procuremos a Área de Livre Comércio para as Américas no ano de 2005.

Considero, independentemente da reestruturação, que é um documento de caráter técnico que não tive tempo de analisar suficientemente, mas considero sério que a Secretaria-Geral fez um esforço importante e o reconheço, que seja visto um pouco em referência à parte que lhe corresponde à ALADI neste processo.

Por exemplo, à Representação da Colômbia -porque na Colômbia seria realizada a Reunião de Ministros de Comércio- foi solicitado fazer as gestões para incluir a ALADI no Comitê -até agora- Tripartite de Comércio, de Denver; assim foi feito, com a melhor intenção, sobre a base de que pensávamos que esse era um consenso aqui na ALADI. Finalmente se descobriu que não existia esse consenso e que alguns



países-membros da Associação não eram partidários de que a ALADI fizesse parte desse Comitê Tripartite. Tinha entendido, Senhor Presidente, que tinha ficado mais ou menos claro o papel da OEA, do SELA, dos diferentes grupos sub-regionais no processo de integração. Não obstante, na prática, isso não é assim, porque em concreto se sabe qual é o papel do SELA, da OEA, mas no campo da ALADI está a parte técnica de que ofereçamos nossa colaboração no âmbito do Tratado de Montevideu, neste processo de integração e que a reestrutura sirva para esse propósito e assim foi entendido pela Secretaria-Geral.

Considero que as duas coisas são complementares e que seria bom - com toda franqueza- voltar a escutar a posição das diferentes Representações sobre o papel que está desempenhando a ALADI neste processo.

Então, Senhor Presidente, como não é um ponto para ter nenhuma discussão porque tem a ver com o papel da Associação, entenderia que se simplesmente é aprovada a proposta apresentada pelo Senhor Representante do Paraguai, devido a que nos limitaríamos a analisar a parte de reestrutura administrativa interna porque a ALADI como outros organismos da região, prestará sua colaboração nos âmbitos do Tratado de Montevideu. Mas, tinha pensado que o papel da ALADI poderia ser muito mais importante e que isso servia para a integração, se propusermos procurar objetivos muito mais extensos, de maior altura neste processo de integração.

Agora, naturalmente, se existe o consenso de que não, de que é um organismo como outros organismos da América Latina para prestar colaboração ao processo, então, analisamos a reestrutura administrativa, tentando que fique o mais idônea, o mais eficaz e, então, seguimos trabalhando nesses mesmos parâmetros.

Considero que valeria a pena fazer um esforço e saber até onde pode contribuir a ALADI. Seria um desperdício para o processo de integração no continente que a ALADI se limitasse simplesmente a cumprir um papel de ajuda, de apoio ao processo de integração e que não assumisse uma posição de liderança, que é a que lhe corresponde.

Sei que este não é o lugar nem a hora nem o dia para fazer um debate sobre este tema; de maneira, Senhor Presidente, que a Representação da Colômbia não tem nenhuma objeção para que seja aprovada a proposta simples da Representação do Paraguai ou a outra, mas quero fazer esta reflexão e fazer constar que se simplesmente nós limitamos a estudar o projeto de reestrutura, sem voltar a uma análise sobre que papel pode desempenhar a ALADI no processo de integração, estaríamos somente cumprindo com o mandato dos Ministros para a reestrutura da ALADI, mas sem ter, definitivamente, muito claro, como pode a ALADI contribuir mais ainda para avançar neste processo de integração, do qual tanto falamos da articulação e convergência.



Esta é a única associação que tem observadores, que tem onze países, que tem trajetória, que está amparada pelo Tratado de uma maneira precisa e definitiva. Não aproveitar no máximo seus recursos, suas energias, considero que é uma equivocação.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante da Colômbia.

A Presidência coincide com a Representação da Colômbia nos louváveis motivos que a levam a pedir esse estudo do papel da ALADI, que seria muito necessário fazer.

Quero assinalar que fique bem claro, embora os propósitos sejam louváveis: se estudamos o papel que deve desempenhar a ALADI no processo de integração, como não teremos nenhuma resposta, este documento não será tratado nem aprovado, se supeditamos a ter primeiro uma visão clara do que será o papel da ALADI.

Portanto, o que estamos fazendo é enterrar este projeto; que fique bem claro isto.

Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Juan Moreno Gómez). Todos aqueles que me precederam no uso da palavra têm razão. Estamos em uma situação muito importante, que é o futuro de todos nossos países; a reunião de Cartagena, a documentação que esteve em meu poder e que eu li, das conversações que tive com algumas pessoas que assistiram à mesma, traz como consequência que essa reunião não alcançou os objetivos propostos.

Por que? Esse é exatamente o tema que devemos analisar. Trata-se, por acaso, de que o impulso inicial do país que a convocou deixou de lado, pelas razões eleitorais deste ano? É que os problemas internos de cada um de nossos países contribuíram? É que a representação que foi para Cartagena deixou de lado ou não teve a suficiente informação a respeito de outros temas?

O Senhor Representante da Colômbia expôs muito claramente sobre nosso objetivos e nosso "pedido" de ser membro, não do Grupo Tripartite, senão do Quatripartite, que apóie o Grupo de Denver. Alguns dos países, verdadeiramente, nessa reunião não consideraram que o único órgão na América, reconhecido pelo GATT e pela OMC, com capacidade de tomar decisões que afetem o comércio mundial, é a ALADI, não é o SELA, nem a CEPAL, nem o BID nem nenhum dos outros organismos; é a ALADI. A marginalidade da ALADI no Grupo de Denver é algo que não devemos aceitar.



Portanto, que nos reunamos, como foi proposto, em uma sessão privada para começar a aprofundar sobre todos estes temas visando o manifestado pelo Senhor Presidente. O mandato que temos é estudar a reestrutura. Então, analisado o aspecto político, que acompanha esta tomada de decisão ou esta análise, estaríamos com capacidade de dizer algo a nossos Governos a respeito da perspectiva. É tudo, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante da Venezuela.

Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETARIO-GERAL. Obrigado, Senhor Presidente.

A Secretaria entendeu claramente a preocupação do ilustre Embaixador da Colômbia. De algum modo também tem uma preocupação semelhante porque a situação como ficou agora é que a ALADI não participa do Grupo Tripartite -OEA, BID e CEPAL- mas continua sendo consultada para os trabalhos dos Grupos criados em Denver e provavelmente os novos Grupos. Já temos notícias de que vamos ser muito considerados no trabalho sobre o Grupo de Serviços, que foi criado recentemente e também no Grupo de Compras do Estado.

Preocupa-nos ter clareza a respeito do aspecto político, porque isso influi, de alguma maneira, nos trabalhos que temos nestes Grupos.

Também entendo a preocupação da Representação da Colômbia a respeito de voltar a discutir a posição dos países a respeito dessa proposta específica de participar do Grupo Tripartite.

De qualquer forma, também nos preocupa que se dilate a discussão da estrutura orgânico-funcional. Queria esclarecer com relação a isso que essa estrutura tal como foi apresentada não sofreria maiores mudanças, se houver alguma modificação a respeito da interpretação do que aconteceu em Cartagena. Inclusive, quando foi concebido este projeto foi dentro do previsto em uma participação do Grupo Tripartite, mas tem uma estrutura também para a não participação do Comitê Tripartite e continuar participando dos Grupos.

Consideraria, Senhor Embaixador da Colômbia, se me permite, que poderia ser uma discussão paralela em termos de não afetar a proposta do documento. Pode, sim, afetar depois o programa de trabalho e outros aspectos mais concretos da ação da Secretaria. Muito obrigado.

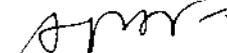
PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Paraguai.



Representação do PARAGUAI (Efraín Darío Centurión). Senhor Presidente, considero que deveríamos terminar esta reunião. A Mesa deveria esperar o Senhor Ministro e creio que este é o momento de finalizar esta reunião e peço desculpas ao Senhor Embaixador da Bolívia.

PRESIDENTE. Encerra-se a sessão.

-----  
ES COPIA FIEL DEL ORIGINAL

  
ANTONIO J. C. ANTUNES  
Secretario General

